

Muito além dos elogios ao País

A economia de uma nação não vive só da sua credibilidade

Embora responsabilidade fiscal e adimplência não sejam diferenciais administrativos e sim obrigações legais e éticas, a sociedade brasileira (em particular os empresários e os trabalhadores) recebe com muito entusiasmo os elogios do G-7, grupo dos países mais ricos, à habilidade de nossas autoridades na condução da economia e à cooperação de sucesso com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

De fato, o resgate da credibilidade internacional e a retirada do Brasil da lista dos caloteiros em potencial é de grande importância para a economia e para a manutenção de perspectivas mais animadoras de crescimento.

No entanto, não somente da credibilidade de seus credores e partners comerciais vive a economia de uma nação, especialmente se seu passivo social for tão grande como é o nosso caso, a começar pelo desemprego, que, à despeito do crescimento do PIB em 2004, fechou o ano em torno de 11% da população economicamente ativa (PEA).

Além de manter a economia estável, a inflação controlada e razoável responsabilidade fiscal, com superávit primário das contas públicas, o governo precisa desenvolver política econômica compatível com o tamanho do Brasil, seu índice demográfico, suas potencialidades e, sobretudo, a respeito da demanda que parte de índices do desemprego, da renda

per capita e dos ainda milhões de habitantes alijados dos benefícios da economia.

Numa análise mais racional da questão, os elogios dos países ricos referem-se aos compromissos básicos de um governo. Responsabilidade fiscal e cumprimento dos compromissos com a dívida pública, externa e interna, não se configuram diferenciais ou grandes feitos administrativos, em especial se a sociedade paga um elevadíssimo preço por isso, na forma

No universo dos países emergentes, o Brasil foi o que menos cresceu no exercício de 2004, numa conjuntura mundial favorável

de impostos muito onerosos (mais de 60 tributos e taxas). São obrigações de quem recebeu delegação dos eleitores para governar em seu nome. Controle da inflação com juros elevadíssimos é apenas a repetição de velhas fórmulas ortodoxas, sempre defendidas, sem nenhuma criatividade, pelo FMI.

Para evitar interpretações equivocadas, é necessário deixar bastante claro serem muito importantes o reconhecimento e a credibilidade internacionais. Esse valor, no entanto, somente ganha significado em termos práticos se efetivamente convertido em trunfo para a

melhoria das condições de vida da população, a perenização do crescimento e a geração de empregos de forma paulatina e em escala.

No universo das nações emergentes, o Brasil foi a que menos cresceu no exercício de 2004, numa conjuntura mundial altamente favorável. Devemos, sim, comemorar a expansão de aproximadamente 5% do PIB no ano passado; também é pertinente, entretanto, questionar o quanto mais poderíamos ter crescido com menos impostos, juros menores, câmbio mais realista e maior disponibilidade de crédito nas pontas do consumo e da produção.

Também é oportuno ponderar até quando o País conseguirá manter curva ascendente na performance da economia se não for revista e atenuada a sua pesadíssima política monetária e fiscal.

Um quadro preocupante está se delineando no horizonte. Um olhar ampliado das novas fronteiras comerciais do planeta demonstra com clareza a competitividade agressiva, mas eficiente, da China, da Índia e até mesmo da nova economia de mercado da Rússia.

Já estamos consumindo aqui, em proporção cada vez maior, produtos que geram empregos à distância. Como se vê, não bastam tapinhas nas costas para forjar o desenvolvimento de uma nação.